

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ALINE LORRANE DE SOUSA GOMES

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AMBIENTES NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO:
o Assessoramento a Magistrados sobre drogadição no Tribunal de Justiça do Distrito
Federal e Territórios –TJDFT

BRASÍLIA

2017

ALINE LORRANE DE SOUSA GOMES

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AMBIENTES NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO:
o Assessoramento a Magistrados sobre drogadição no Tribunal de Justiça do Distrito
Federal e Territórios –TJDFT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação – FE, para a obtenção do título de Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

BRASÍLIA

2017

ALINE LORRANE DE SOUSA GOMES

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO EM AMBIENTES NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO:
o Assessoramento a Magistrados sobre drogadição no Tribunal de Justiça do Distrito
Federal e Territórios –TJDFT

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação – FE, para a
obtenção do título de Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília – UnB, sob
a orientação do Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses.

DATA DE APROVAÇÃO: 07 de julho de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (Orientador – FE/UnB)

Profa. Dra. Nathália Cassettari (FE/UnB)

Ma. Juliana Cal Auad (SERUQ/TJDFT)

Dedico este trabalho à minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Sua presença significou segurança e certeza de que não estou sozinha nessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse ao longo da minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas que em todos os momentos é o maior mestre da minha caminhada.

À minha mãe, Celisvane, heroína que me deu apoio e incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço e ao meu pai, Veríssimo, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e foi muito importante nesse processo.

À Universidade de Brasília, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a ampliação dos meus horizontes, contagiada pela confiança no mérito e ética aqui presentes.

Agradeço a todos os professores, em especial ao meu orientador, por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. A palavra mestre, nunca fará jus aos professores dedicados dessa Faculdade de Educação, aos quais, sem nominar, terão os meus eternos agradecimentos.

Ao meu namorado Alexandre, por todo o apoio, cuidado e incentivo nos momentos de dificuldade.

Aos amigos, companheiros de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada!

“O saber que não vem da experiência não é realmente saber.”

Lev Vygotsky

RESUMO

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa que versa a respeito da atuação do pedagogo em ambientes não-formais de educação, com recorte voltado para o Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas – SERUQ, setor pertencente à Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSI do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios – TJDFT. O serviço oferece um acompanhamento psicossocial aos jurisdicionados, encaminhados via acordo judicial, que são autuados no art. 28 da lei 11.343/2006, que tipifica o crime de porte de substâncias entorpecentes ilícitas para consumo pessoal. O acompanhamento consiste em realização de atendimento individual, momento em que o profissional aplica o método de entrevista motivacional, seguindo um protocolo pré-definido que pode ser adaptado à prática do profissional. A equipe é definida como multidisciplinar, uma vez que, é composta por profissionais de diversas ciências: Psicologia, Serviço Social e Pedagogia, tendo ainda em sua matriz possibilidade para um bacharel em Direito. A atuação é baseada no respeito à autonomia do sujeito, favorecendo momentos de reflexão e possibilitando a transformação de pensamento e emancipação desses indivíduos. Através da observação participante como estagiária de Pedagogia no serviço e entrevista realizada com um dos pedagogos que compõem a equipe, o intuito deste trabalho é identificar como se dá a atuação do pedagogo nesse espaço, as potencialidades e os limites da prática educativa nesse contexto.

Palavras-chave: Educação não-formal. Pedagogia. Multidisciplinariedade. Educação. Emancipação.

ABSTRACT

The present work is a qualitative research that deals with the acting of the pedagogue in non-formal education environments, with a clipping regarding the Service of Advice to Magistrates on Drug Users (*Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas – SERUQ*), a sector in the Psychosocial Judicial Secretariat (*Secretaria Psicossocial Judiciária – SEPSJ*) of the Court Of Justice of the Federal District and territories (*Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios – TJDFT*). The service offers a psychosocial accompaniment to those under jurisdiction, forwarded by judicial agreement, which are booked in art. 28 of the Law 11.343 / 2006, that typifies the crime of carrying illicit narcotic substances for personal consumption. The follow-up consists in the accomplishment of individual treatment, when the professional applies the motivational interview method, following a pre-defined protocol that can be adapted to the professional's practice. The team is defined as multidisciplinary, since it is made up of professionals from several sciences: Psychology, Social Service and Pedagogy, yet having in its matrix possibility for Law bachelors. The performance is based on the respect for the autonomy of the subject, favoring moments of reflection and enabling the transformation of thinking and emancipation of those individuals. Through the observation as participant and trainee of Pedagogy in the service and an interview conducted with one of the pedagogues that make up the team, the purpose of this work is to identify how the pedagogical performance takes place in this space, the potentialities and limits of educational practice in this context.

Keywords: Non-formal education. Pedagogy. Multidisciplinarity. Education. Emancipation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcólicos Anônimos
ASSIST	Questionário para triagem do uso de álcool, tabaco e outras substâncias
CAPS – AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras drogas
CEMSO	Centro de Ensino Médio Setor Oeste
CRAS	Centro de Referência e Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FORMANCIPA	Programa de Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior
NA	Narcóticos Anônimos
PAS	Programa de Avaliação Seriada
SEPSI	Secretaria Psicossocial Judiciária
SERAF	Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família
SERAV	Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais
SERPEJ	Serviço de Perícias Judiciais
SERUQ	Serviço de Assessoramento aos Magistrados sobre Usuários de Drogas
SUCIV	Subsecretaria Psicossocial Cível
SUCRI	Subsecretaria Psicossocial Criminal
TC	Terapia Comunitária
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
UnB	Universidade de Brasília

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Intervenção em redes

28

SUMÁRIO

1	MEMORIAL	12
2	INTRODUÇÃO	16
3	CARACTERIZANDO A EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO-FORMAL	18
	a. Educação formal	19
	b. Educação Informal	20
	c. Educação não-formal	21
4	O SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO A MAGISTRADOS SOBRE USUÁRIOS DE DROGAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (SERUQ/TJDFT)	24
5	A PERCEÇÃO DO PEDAGOGO ENQUANTO PROFISSIONAL NO SERUQ – RESULTADOS	31
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
	ANEXOS	41

1 MEMORIAL

Nasci em janeiro de 1995 na região administrativa denominada Ceilândia, localizada a 24 km de Brasília. Tive uma boa infância, regada a muitas brincadeiras e incentivos por parte da minha família. Sempre tive contato com atividades lúdico-pedagógicas antes mesmo de ingressar na escola.

Comecei a estudar com 3 anos de idade, numa escola infantil privada chamada Crescer com Saber e cursei os jardins de infância I, II e III. Essa fase foi muito importante, porque criei laços muito fortes com os outros alunos e professoras e me desenvolvi muito bem. Durante a minha alfabetização, tive contato com atividades que hoje são muito criticadas, pois muitas delas não tinham um significado e um significado. Aprendi a ler e a escrever reproduzindo as letras em cadernos de caligrafia e decorando padrões silábicos sem contexto. E mesmo com todas as limitações dessas estratégias tive facilidade para aprender, talvez pelo estímulo em casa desde bem pequena, talvez pelo incentivo das professoras que eram bastante atenciosas e cuidadosas. No jardim III já era alfabetizada, fui oradora da minha turma na formatura e guardo com carinho as lembranças daqueles doces anos. Ingressei na rede pública de ensino na denominada pré-escola e como já era alfabetizada, me avançaram para a 1ª série (atual segundo ano) na Escola Classe 29 de Taguatinga. Fui muito feliz nessa escola, tive uma relação muito boa com as professoras e colegas. As salas de aula eram organizadas com as mesas em dupla, o que facilitava a interação entre os alunos. As atividades que me lembro eram muito dinâmicas e interdisciplinares e eu lembro que adorava estar inclusa em todas. Havia projetos de várias ciências, momentos de muito aprendizado e fruição que eram oportunizados a todas as turmas. Havia também semanas temáticas que quebravam um pouco a rotina escolar. Além disso, à época ainda existia o Momento Cívico, que era o meu preferido da semana.

Mudei de cidade várias vezes, e conseqüentemente, de escola também. Fiz os anos iniciais do Ensino Fundamental na região administrativa Taguatinga e durante o decorrer da segunda série (atual terceiro ano) me mudei para outra região, denominada Recanto das Emas e continuei estudando em Taguatinga, me deslocava de ônibus com minha mãe e irmão para a cidade supracitada por um trajeto complicado à época, pois o itinerário do ônibus incluía atravessar a região administrativa recém-criada chamada Riacho Fundo II, que ainda não era asfaltada,

expondo-nos à poeira que trouxe problemas respiratórios tanto para mim quanto para meu irmão.

Nos anos finais do Ensino Fundamental, fui transferida para uma escola próxima à minha residência, chamada Centro de Ensino Fundamental 405, estudei lá por apenas um semestre, pois era uma escola com muitos problemas estruturais e também cenário de muitas cenas de violência. Minha mãe pediu minha transferência para o Centro de Ensino Fundamental 206, também localizado no Recanto das Emas, que era referência local nos anos finais. Tive uma ótima experiência nessa escola, os professores se dedicavam muito à profissão, eram realizadas feiras, oficinas, projetos e ações que estimulavam os alunos a se engajarem nos projetos ofertados pela escola. Nessa etapa, tive algumas dificuldades em Matemática, principalmente na sétima série (atual oitavo ano), pois não conseguia entender os conteúdos e me sentia envergonhada para perguntar. Um dos professores percebeu minha dificuldade e conversou com meus pais para que eu fizesse reforço e praticasse mais em casa, com o tempo consegui entender algumas coisas, mas até hoje tenho dificuldades para compreender. A escola sempre teve muito cuidado e atenção com os alunos. Nessa escola fiz amigos que tenho contato até os dias hoje e dela guardo boas lembranças.

Aos 14 anos, ingressei no Ensino Médio, cursei o primeiro ano no Centro de Ensino Médio 804, localizado no Recanto das Emas, bem próximo à minha residência. Nesse período, meu rendimento escolar caiu por conta de dificuldades relacionadas às novas disciplinas que são incluídas nessa etapa: Física, Química e Biologia. Acabei ficando de recuperação, pela primeira vez, em matemática e química neste ano e tive que realizar as provas finais, nas quais obtive nota suficiente para ser aprovada. No ano seguinte consegui vaga no Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO), localizado na asa sul e cursei os segundo e terceiro anos. A escola tinha e ainda tem fama por aprovar muitos alunos no PAS e vestibular da UnB e todos os professores enfatizavam a importância de se dedicar aos estudos para alcançar a tão sonhada vaga na Universidade de Brasília (UnB). O foco no vestibular era tão grande que todos os professores trabalhavam o conteúdo base do que era cobrado no vestibular. Apesar da pressão, gostava muito da escola e dos professores, pois tinham um horizonte ampliado e nos ajudavam a ampliar os nossos. Toda a comunidade escolar estava preocupada com o nosso sucesso. Quando as provas das principais formas de ingresso na UnB estavam próximas, eram realizados simulados aos sábados, revisão

de conteúdo e reforço nas disciplinas em que os alunos demonstravam maior dificuldade.

Em meados do segundo semestre do terceiro ano fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mas ainda estava em dúvida com relação ao curso. Na verdade, eu sempre quis Pedagogia, mas tive resistência por influência da minha família que almejava para mim cursos, historicamente, mais conceituados como medicina e direito. Até iniciei cursinho pré-vestibular para tentar medicina, mas não dei continuidade porque não era uma vontade minha e não me sentia confortável com a pressão. No fim do ano fiz o vestibular para Pedagogia na UnB e passei em primeira chamada, fiquei muito feliz, pois era um sonho poder estudar numa universidade federal. Conteí aos meus pais a novidade e eles ficaram felizes por mim. Me acompanharam na etapa de matrícula e se alegraram com a minha satisfação em ingressar num curso superior.

No primeiro semestre, fiquei meio perdida, tudo era muito novo e eu tinha que lidar com todos os assuntos acadêmicos, me tornei responsável por uma porção de coisas que me fizeram crescer e amadurecer pessoalmente. Prossegui com o curso empolgada com o fato de ser universitária.

Durante todo o curso exerci atividade laboral no turno contrário às aulas, a rotina sempre foi bem pesada. No segundo semestre de 2015, ingressei no estágio remunerado no Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas – SERUQ do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. Cheguei no estágio sem entender muito bem qual era o meu papel naquele espaço. Com ajuda do meu supervisor, consegui compreender e me apropriar do meu papel e da importância da minha contribuição naquele ambiente. Esse estágio foi muito importante para a minha formação e ampliou meus horizontes em relação à atuação do pedagogo, além de ter sido o *lócus* de investigação e impulsionador da minha pesquisa.

No primeiro semestre de 2016, ingressei no Projeto 3, primeiro passo para começar a se pensar no Trabalho de Conclusão de Curso. Escolhi o Programa de Formação Integrada e Emancipadora de Acesso à Educação Superior – Formancipa, por ser ofertado aos sábados. O Formancipa é um programa com foco no acesso à Educação Superior, que auxilia na formação dos alunos do Pedregal e Novo Gama, bairros do entorno do Distrito Federal, e os prepara para o ingresso num curso superior. Não se trata de um pré-vestibular, pois não existe uma divisão por

disciplinas, as aulas são temáticas e realizadas por alunos de diversos cursos da UnB. Como eu já havia tido contato com a Educação não-formal no SERUQ, compreendi bem o viés emancipador do Programa. Permaneci por um semestre, o que me proporcionou experiências importantíssimas para a minha formação.

Agora, estou dando mais um passo na minha formação, elaborando meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a atuação do pedagogo num dos espaços que me proporcionou um salto na minha formação e ressignificou minha trajetória profissional e pessoal.

2 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objeto de estudo a Pedagogia em ambientes não escolares. O objetivo geral do trabalho é investigar os limites e as possibilidades de atuação do pedagogo em espaços não-formais de educação. O ambiente de investigação é o Serviço de Assessoramento aos Magistrados sobre Usuários de Drogas – SERUQ, serviço pertencente à Secretaria Psicossocial Judiciária - SEPSI do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT.

O interesse pelo assunto surgiu da experiência como estagiária no SERUQ de julho de 2015 a junho de 2017, até então não era muito claro qual era o papel do pedagogo em ambientes não-escolares e estar inserida nesse espaço possibilitou a ampliação do conhecimento acerca do campo de atuação e apropriação da prática educativa exercida pelo pedagogo nesse contexto.

Os objetivos específicos são: a) identificar o papel do pedagogo em ambientes não-formais de educação; b) investigar os limites e as potencialidades da atuação do pedagogo no SERUQ; c) analisar a percepção da instituição com relação à profissão de pedagogo.

A metodologia adotada na pesquisa é qualitativa com uso de dados descritivos, alcançados por meio do contato direto da pesquisadora com o contexto analisado. Como instrumento de pesquisa foi utilizado a observação participante e sistemática. E ainda, aplicação de entrevista estruturada realizada com pedagogo que pertence ao quadro do SERUQ.

O problema motivador da pesquisa está relacionado à atuação do pedagogo em ambientes não-formais de educação e em quais são os limites e as potencialidades do trabalho desse profissional nesses espaços, em especial o contexto da justiça e refere-se também à valorização e destaque do pedagogo em ambientes não formais de educação. Onde o pedagogo pode atuar? Qual o papel do pedagogo em um ambiente não escolar? Que tipo de aprendizado pode ser adquirido a partir de uma educação não-formal? As pessoas valorizam e reconhecem o pedagogo nesses espaços?

A temática despertou interesse, porque até então não estava claro quais são as competências do pedagogo nos ambientes não-escolares nem para mim, nem para meus colegas de curso, que demoravam para entender que relação existia entre a

profissão do pedagogo e um espaço de cuidado com pessoas em contexto de drogadição.

A pesquisa ocorreu em duas fases. A primeira corresponde a uma pesquisa bibliográfica acerca da temática e a segunda a uma análise de conteúdo proveniente de uma entrevista realizada com um pedagogo do ambiente de investigação.

3 CARACTERIZANDO A EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO-FORMAL

A educação é um fenômeno social e universal que ocorre ininterruptamente. Todo ambiente que temos contato nos ensina algo, mesmo que imperceptível instantaneamente. Adquirimos conhecimentos desde o início da nossa vida, recebemos informações de todos os tipos diariamente e com elas construímos nossa identidade e nos formamos como cidadãos do mundo. E a respeito disso, Brandão (1995) afirma:

a educação existe onde não há a escola e por toda parte podem haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida. A vida que transporta de uma espécie para a outra, dentro da história da natureza, e de uma geração a outra de viventes, dentro da história da espécie, os princípios através dos quais a própria vida aprende e ensina a sobreviver e a evoluir em cada tipo de ser. (BRANDÃO, 1995 p.13).

A lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases - LDB) define em seu art. 1º que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Libâneo (1999, p. 73), traz o sentido mais comum atribuído à educação:

uma série de ações visando à adaptação do comportamento dos indivíduos e grupos a determinadas exigências do contexto social. [...] A ação educadora seria, pois, a transmissão às crianças, aos jovens e adultos, de princípios, valores, costumes, ideias, normas sociais, regras de vida, às quais precisam ser adaptados, ajustados. Educa-se para que os indivíduos repitam os comportamentos sociais esperados pelos adultos, de modo que se formem à imagem e semelhança da sociedade em que vivem e crescem.

De acordo com o mesmo autor (1994, p.17) “o objetivo da educação é prover os indivíduos dos conhecimentos e experiências culturais que os tornam aptos a atuar no meio social e a transformá-lo em função de necessidades econômicas, sociais e políticas da coletividade”.

A educação tem papel essencial para a sociedade, formal ou não. Ela busca transmitir aos indivíduos conhecimentos e comportamentos que os darão aptidão para atuarem em todos os setores da sociedade.

De acordo com Brandão (1995, p.4), não existe modelo nem forma única de se educar, dessa forma a escola não é o único local onde a prática educativa se efetua e o professor profissional não a realiza com exclusividade. A educação engloba o homem em sua integralidade, sendo um processo contínuo, iniciado no nascimento e com extensão por toda a existência.

Diante disso, podemos perceber que qualquer ambiente que haja a interação de pessoas é passível de se tornar um ambiente de Educação, intencionalmente ou não. Muito do que sabemos, aprendemos com nossos familiares, amigos, na espontaneidade do cotidiano. Outros conhecimentos adquirimos na escola, com mediação do professor. E outros ainda, em ambientes não-formais, como ambientes de eventos culturais, rodas de conversa, etc.

Com o advento das modalidades educativas que apresentaremos, é comum as pessoas confundirem informal com não-formal ou acharem que são sinônimos. A grande diferença está na intencionalidade do mediador, na informal, o conhecimento é transferido de forma espontânea, muitas vezes por conversas ricas em sentidos comuns e na não-formal, apesar do ambiente não ser necessariamente escolar, o agente tem a intenção de transmitir conhecimentos.

a. Educação formal

Define-se por ser desenvolvida em ambientes escolares, submetidos a normas previamente definidas, com uma organização sistematizada e atribuição de papéis. Aqui já estão definidos os seus objetivos e é regida por normas e legislação estabelecidas previamente.

Segundo GOHN (2006, p.2), os objetivos da educação formal são, entre outros, formar o indivíduo como cidadão ativo, desenvolver habilidades e competências várias, desenvolver a criatividade, percepção e motricidade.

A educação nos ambientes formais se articula por meio de métodos, estabelece funções e define o papel de cada um no ambiente de formação. Segundo, Gohn (2006, p.2):

a educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos, sistematização sequencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores, etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/classe de conhecimento.

Uma característica marcante da educação formal é a existência de métodos que quantificam e certificam as habilidades dos indivíduos com o intuito de conduzi-los a níveis mais avançados.

Esse caráter metódico chama atenção para uma característica importante dessa vertente de educação, a ordem. Para Gauthier (2010, p. 121), todas as dimensões da prática educativa são abordadas em função do controle e da gestão – grupo-classe, tempo, espaço, conduta e postura do aluno, conteúdos de saber, formação dos mestres –. Essa tradição foi iniciada ainda no século XVII e perpetua até os dias de hoje.

b. Educação Informal

A educação informal é a mais espontânea, mas não menos importante. Pois ela é a primeira que temos contato. Ela é a que recebemos em casa, dos familiares e amigos, e é repleta de sentidos comuns.

Na educação informal os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum nos indivíduos, senso este que orienta suas formas de pensar e agir espontaneamente. (GOHN, 2006, p. 3)

É a educação que temos contato na infância e está muito ligada a valores, cultura e crenças. É a educação que acontece espontaneamente no cotidiano.

Nassif (1980, apud LIBÂNEO, 1998, p. 277), caracteriza a educação informal como “o processo contínuo de aquisição de conhecimentos e competências que não se localizam em nenhum quadro institucional”. Essa definição traz uma reflexão para a intencionalidade da ação educativa e nessa modalidade de educação esse caráter não-intencional não reduz a importância dela, pois mesmo que não haja consciência

do objetivo pretendido com determinada transmissão de conhecimento tem seu caráter educativo e importante para a formação do indivíduo.

Nesse sentido, Libâneo (1998, p. 91) afirma:

a educação informal perpassa as modalidades de educação formal e não-formal. O contexto da vida social, política, econômica e cultural, os espaços de convivência social na família, nas escolas, nas fábricas, na rua e na variedade de organizações e instituições sociais, formam um ambiente que produz efeitos educativos, embora não se constituam mediante atos conscientemente intencionais, não se realizem em instâncias claramente institucionalizadas, nem sejam dirigidas por sujeitos determináveis.

Essa afirmação leva à reflexão de que a educação informal, não-formal e formal devem caminhar juntas para atingirem o objetivo de favorecer processos educativos diversos e alcançar o objetivo de educar para a vida.

c. Educação não-formal

A educação não-formal é um campo de atuação ainda novo e pouco conhecido. Como evidencia GOHN (2006):

Até os anos 80, a educação não-formal foi um campo de menor importância no Brasil, tanto nas políticas públicas quanto entre os educadores. Todas as atenções sempre estiveram concentradas na educação formal, desenvolvida nos aparelhos escolares institucionalizados. (GOHN, 1999, apud ROCHA, 2016, p. 91).

Tem como objetivo a emancipação do sujeito, respeitando seus interesses e necessidades. Com o foco voltado para as construções coletivas, a educação não-formal busca promover a socialização e o respeito e aceitação das diferenças.

GOHN define a educação não-formal como:

um processo com várias dimensões, tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos

indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor. (GOHN, 2006, p.28)

Partindo dessa definição, podemos afirmar que a educação não-formal busca a construção de saberes por meio de troca de experiências. É a educação que ocorre durante a interação dos indivíduos que constroem coletivamente o conhecimento. Este viés da educação está vinculado à formação do indivíduo como cidadão no mundo. Para Gohn (2006, p. 2), a transmissão de informação e formação política é uma meta da educação não formal. Ela prepara os cidadãos, educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo e ao individualismo.

Um dos papéis principais da educação não formal é o auxílio na construção da identidade do indivíduo, ajudando-o a desenvolver o sentimento de pertencimento.

A educação não – formal está muito mais relacionada à formação do indivíduo enquanto cidadão e ser de direitos do que à concepção de que o único papel da educação é formar o indivíduo para atuar no mercado de trabalho e contribuir ativamente por meio do seu trabalho com a sociedade.

Embora a relevância dessa modalidade já esteja evidenciada, ela também apresenta fragilidades, como por exemplo, na metodologia, “um dos pontos mais fracos na educação não formal” (GOHN, 2006, p.31). Essa fragilidade se apresenta por não ser algo previamente definido, a metodologia na educação não-formal ocorre de maneira espontânea de acordo com os processos de construção. Conforme afirma, GOHN:

o método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. (GOHN, 2006, p. 31)

Essa ausência de método sistematizado pode ser relacionada ao objetivo da educação não-formal que, em suma, é formar o indivíduo para ser um cidadão consciente do seu papel e da sua importância na comunidade. Essa modalidade não está ligada à burocratização e sistematização de práticas e sim à construção coletiva com vistas à transformação da realidade. Para Gohn

há metodologias, [...] que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não-formal. (GOHN, 2006, p. 32)

Independentemente da metodologia escolhida, é necessário ter a consciência de que o mais importante para a educação não-formal é atingir seus objetivos de educar para a emancipação do sujeito. E tudo isso está intimamente ligado ao papel do mediador desse processo de construção que colabora com a formação da autonomia dos sujeitos. Conforme afirma Gohn (2006, p. 32), “eles são fundamentais na marcação de referenciais no ato de aprendizagem, eles carregam visões de mundo, projetos societários, ideologias, propostas, conhecimentos acumulados, etc.”

4 O SERVIÇO DE ACESSORAMENTO A MAGISTRADOS SOBRE USUÁRIOS DE DROGAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (SERUQ/TJDFT)

A Secretaria Psicossocial Judiciária do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (SEPSI/TJDFT) foi criada em 2007 pela Portaria nº 272/2007 e tem em sua estrutura duas subsecretarias: a Subsecretaria Psicossocial Cível – SUCIV que concentra o Serviço de Assessoramento às Varas Cíveis e de Família – SERAF e o Serviço de Perícias Judiciais – SERPEJ e a Subsecretaria Psicossocial Criminal – SUCRI que é composta pelo Serviço de Assessoramento a Magistrados sobre Usuários de Drogas – SERUQ e pelo Serviço de Assessoramento aos Juízos Criminais – SERAV.

O olhar psicossocial da justiça voltado para o usuário de drogas se deu em dezembro de 2000, momento em que o Núcleo Psicossocial Forense (NUPS) foi demandado a assessorar as Varas de Entorpecentes e Contravenções Penais com a proposta de oferecer uma atenção psicossocial aos jurisdicionados que infringiam o artigo 16 da Lei n. 6368/1976, que versava sobre o porte e a obtenção de entorpecentes para consumo próprio e previa pena de detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e pagamento de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa.

Em 23 de agosto de 2006, foi promulgada a lei 11.343 que dispunha em seu art. 28, a definição das penas aplicadas aos jurisdicionados autuados portando alguma substância entorpecente ilícita. Conforme disposto na norma:

Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

(BRASIL, 2006)

A nova legislação reduziu as penas para o porte de drogas ilícitas para consumo pessoal, e com as novas medidas previstas o SERUQ passa a assessorar os

magistrados no que diz respeito à compreensão e ao encaminhamento dos usuários de drogas autuados no artigo 28 da lei 11.343, de 2006.

O usuário de substâncias entorpecentes, geralmente, é visto pela sociedade como uma pessoa delinquente, que está às margens da sociedade e são lembrados apenas como usuário, sem considerar seu contexto e sua totalidade como ser humano.

Impulsionada pela falência da política de “guerra às drogas”, baseada em um modelo punitivo, a lei 11.343/2006 – também conhecida por Lei de Drogas – traz um novo olhar à figura do usuário. A atual legislação é orientada por um modelo preventivo. Propõe-se a implementação de medidas de redução de danos e da justiça terapêutica em relação ao sujeito enquadrado no seu artigo 28, que tipifica o crime de porte para uso pessoal. (MARINHO; CABRAL, no prelo).

Esse reconhecimento de que o usuário é uma pessoa integral, como qualquer outra, e merece ser tratado com respeito em suas especificidades foi um grande passo para o avanço no cuidado com esse indivíduo. Levando à reflexão de que é mais proveitoso e eficaz proporcionar um espaço de reflexão acerca do seu comportamento de uso do que reprimir suas vontades e suas atitudes sem prévio conhecimento do contexto desse sujeito.

Assim, substituiu-se a Justiça retributiva, baseada no castigo, pela Justiça restaurativa, cujo objetivo maior é a ressocialização por meio de penas alternativas, dentre elas, a participação em programas ou cursos educativos. (MARINHO; CABRAL, no prelo).

O trabalho desenvolvido no SERUQ atende a esse viés restaurativo, quando oferece uma oportunidade de reflexão a esse indivíduo, respeitando a sua escolha e atuando como um mediador do processo de transformação de pensamento e ponderação de comportamentos.

A equipe é definida como uma equipe multiprofissional, composta por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e com possibilidade para um bacharel em

Direito que pode ajudar nas questões jurídicas dos processos enfrentados pelo público atendido.

A interdisciplinaridade apresentada no SERUQ é muito importante e enriquece o trabalho, pois a diversidade de ciências auxilia na solução de demandas e atuação de cada profissional sem querer tomar para si competências do outro.

Não significa, portanto, a perda de sua especificidade e nem apropriação do saber do outro, como tendencialmente aparece nos discursos [...]. Ao contrário, a interdisciplinaridade requer a originalidade e a diversidade dos conhecimentos produzidos permitindo a pluralidade de contribuições para compreensões mais consistentes do objeto investigado. (RODRIGUES ON, 1995 apud SOUZA, 2009, p. 59).

Entender que essa interdisciplinaridade é um fator positivo é primordial para o bom andamento do trabalho. E hoje, os profissionais do SERUQ têm essa consciência.

A atuação do SERUQ começa com o assessoramento aos Juizados Especiais Criminais, Varas de precatórias e entorpecentes nas audiências preliminares, de onde os beneficiários, geralmente, já saem com data e horário de atendimento individual estabelecido.

O trabalho tem rotina flexível e dinâmica, abarcando muitas ações ao mesmo tempo – assessoria em audiências coletivas de advertência verbal, realização de avaliações psicossociais e fomento e manutenção da Rede Social relacionada a álcool e outras drogas.

No atendimento individual, o profissional utiliza o método de Entrevista Motivacional e segue uma espinha dorsal de aplicação que pode ser adaptada ao modo como o profissional conduz a entrevista. O profissional se apresenta e apresenta o serviço ao beneficiário, acolhendo-o e enfatizando a importância do seu comparecimento à entrevista, sana as possíveis dúvidas do beneficiário em relação ao trâmite do processo e explica como se dará a entrevista enfatizando o sigilo das informações fornecidas por ele.

A Entrevista Motivacional (ETM) é uma abordagem utilizada para estimular a mudança de comportamento, a fim de promover uma melhor qualidade de vida.

[...] oferece a perspectiva de reconhecer as potencialidades do cliente, acreditar que ele tem recursos e capacidade para estruturar mudanças positivas em sua vida, tratá-lo gentilmente, reforçar a autonomia e responsabilidade pessoal, trabalhar de forma a evocar a esperança e o desejo de mudar, com uma atitude de respeito, parceria, colaboração e apoio, proporcionando dessa forma uma melhor aderência ao tratamento de modo a atingir uma mudança de comportamento, bem como mantê-la. (SALES; FIGLIE, 2011, p.267-268)

Nessa perspectiva, a entrevista motivacional é um instrumento que nos auxilia no contato com aquela pessoa que precisa de atenção em determinado aspecto de sua vida, pois reconhecemos que aquele sujeito tem potencialidades e competência para decidir a respeito de sua própria vida.

A ETM possui três princípios essenciais utilizados pelos estudiosos da área: colaboração, evocação e respeito pela autonomia. A colaboração nada mais é que a cooperação que deve existir entre profissional e sujeito visando a transformação da conduta daquela pessoa. O profissional reflete com o sujeito a respeito do seu comportamento e auxilia no processo de tomada de decisão; a evocação é definida como a ativação da motivação do sujeito para a mudança, trazendo reflexões para que ele consiga reconhecer em si motivações e recursos que possibilitem a mudança; e o respeito pela autonomia é, basicamente, aceitar e respeitar as escolhas do indivíduo, pois “o reconhecimento do direito e da liberdade do outro é o que torna a mudança possível.” (FIGLIE, 2013, no prelo)

Após os esclarecimentos necessários, o profissional coleta dados demográficos do beneficiário, aplica o ASSIST – Questionário para triagem do uso de álcool, tabaco e outras substâncias, conduz a entrevista com intuito de motivar o beneficiário a refletir a respeito da sua vida, com foco na prevenção, reinserção social e reflexão dos possíveis prejuízos que o uso de drogas pode acarretar. Lembrando que o profissional tem liberdade para seguir esses passos na ordem em que considerar mais proveitosa. Após a entrevista, o profissional apresenta o menu de opções com pelo menos duas opções de encaminhamento para o cumprimento do acompanhamento acordado em audiência.

A SEPSI trabalha numa perspectiva de Intervenção em redes que pode ser ilustrada pelo esquema abaixo:

Ilustração 1 – Intervenção em redes



Fonte: BRITO, 2012, p. XXXII. Adaptado.

O SERUQ, como serviço da SEPSI, também adota a perspectiva de trabalho em rede. A rede parceira do SERUQ é composta por órgãos governamentais e não governamentais, clínicas-escolas de universidades, instituições anônimas, entre outras. Como, por exemplo, os Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e outras drogas (CAPS-AD) que oferece tratamento e grupos reflexivos; As entidades anônimas Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA) que acolhem as pessoas que decidem interromper o uso e a família desses sujeitos; As clínicas-escolas de universidades privadas e da própria UnB que oferecem grupos reflexivos e psicoterapia individual e as Rodas de Terapia Comunitária (TC) que oferecem uma terapia de mútua ajuda.

Trazemos uma definição do que é Rede Social:

As redes sociais podem ser conceituadas como um conjunto de relações interpessoais que fazem parte da vida de um indivíduo. O ser humano, como ser social, tem como primeira rede em sua família ou grupo responsável pela manutenção da vida em seus primeiros momentos. A partir daí, diversos grupos sociais passam a fazer parte

do lazer, os grupos comunitários, como clubes e associações, os grupos de trabalho, etc. (CAMPOS; MACEDO, 2012, p. 155)

Todo indivíduo tem uma rede social, seja ela na família, com amigos, em ambientes educativos, etc e essa rede pode ser tanto um fator de proteção, quanto um fator de risco. O público atendido pelo SERUQ, muitas vezes, tem carências em sua rede social, e a sua perspectiva de vida pode acarretar problemas, inclusive o envolvimento com o uso e abuso de drogas que, quer queira, quer não, traz satisfação e uma fuga à realidade.

Como estagiária de Pedagogia, as atividades realizadas por mim, todas elas desenvolvidas sob supervisão, são parecidas com as dos Analistas Judiciários. Entretanto, não tenho participação ativa em audiências, condução de grupos nas instituições parceiras e na responsabilidade técnica do trabalho, visto que as atividades que realizo são supervisionadas.

Entre as atribuições do estagiário de Pedagogia no SERUQ, estão: assessorar os juízos na promoção da medida educativa cabível, por meio de técnicas pedagógicas: dialética progressista, libertadora ou freireana, em relação aos usuários de drogas acusados de infringir o art. 28 da lei 11.343, de 2006, observado o Provimento 4 do CNJ - sob supervisão; atuar na motivação dos usuários de drogas para engajamento em ações educativas com foco na prevenção, reinserção social e/ou tratamento, bem como encaminhá-los para as redes de atendimento; auxiliar na organização e execução de palestras sobre os efeitos das drogas, em audiência coletiva de advertência, prevista na lei 11.343, de 2006; elaborar relatórios, sobre os procedimentos pedagógicos, ao juízo competente; emitir atestados de comparecimento para os jurisdicionados atendidos pelo serviço; fornecer aos jurisdicionados informações acerca dos efeitos do uso e do porte de drogas: por meio de conversas com os jurisdicionados para compreender o contexto de uso, a realidade, o tipo de droga, demandas, desejos em relação a esse comportamento; auxiliar na coordenação de eventos ou palestras para funcionários; elaborar relatórios; auxiliar no planejamento de ações educativas.

Pelo período de dois meses, o profissional acompanha o caso do beneficiário a fim de ter informações do andamento do cumprimento. Finalizado esse prazo, o profissional elabora o relatório de cumprimento ou não e remete ao Juizado.

Apresentado o trabalho realizado pelo SERUQ, trataremos agora da atuação do pedagogo em ambientes diversos e em especial, no âmbito judiciário.

5 A PERCEPÇÃO DO PEDAGOGO ENQUANTO PROFISSIONAL NO SERUQ – RESULTADOS

O Pedagogo atua com o intuito de contribuir para a melhoria da educação e deve apresentar algumas características dispostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006), dentre elas: trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade; participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico.

Para entender melhor a atuação desse profissional nesse espaço, partiremos agora para a entrevista realizada com um dos pedagogos atuantes no SERUQ.

Com relação ao trabalho desenvolvido pelo pedagogo no SERUQ, o entrevistado afirma que nem sempre foi fácil atuar no serviço:

Quando eu cheguei aqui como pedagogo foi bastante difícil porque foi o primeiro pedagogo no serviço, [...] parte da equipe ou quase totalidade da equipe não compreendia a necessidade de um pedagogo estar inserido nesse contexto, apesar que a própria legislação prevê que a pena que o usuário de drogas pode receber ao portar ou utilizar uma droga que é proibida, uma delas é a participação em programa ou curso educativo. Essa definição legal, fez com que os gestores da Secretaria abrissem a possibilidade de um pedagogo trabalhar na equipe justamente por acreditar que quem mais estaria apropriado a lidar com processos educativos e compreender esses fenômenos seria o pessoal da Pedagogia. Então, num primeiro momento foi complicado. No decorrer desse percurso, eu fui convidado a ser gestor do serviço e aí muita coisa teve que mudar, por exemplo, nós tínhamos relatórios que eram corrigidos pelo gestor e nós tínhamos profissionais da área de psicologia que tinham várias formações, e eles tinham uma liberdade de utilizar de cada uma das linhas da psicologia para direcionar o trabalho deles, quer dizer, naquela época, a gente não tinha aquela espinha dorsal, a gente não tinha a entrevista motivacional que é um método que respeita essas várias formas de atuação e essas várias formações. E aí, como pedagogo, eu recebia, por exemplo, relatórios que eram feitos por psicanalistas, onde eles faziam inferências, que obviamente, com a minha formação não me possibilitava fazer uma tradução daquelas inferências e fazer a correção daqueles relatórios. Então, isso foi um dos pontos que fez com que houvesse a necessidade de mudança de pensamento e de procedimentos teórico metodológicos porque nós começamos a ver

que havia uma confrontação entre ciências e não uma equipe interdisciplinar, mas uma confrontação. E tudo isso gerou um processo de reflexão na equipe, nos servidores das diversas formações e fez com que a gente caminhasse por outro caminho. Hoje, a coisa mudou bastante de figura, porque a gente se identifica como uma equipe interdisciplinar, a gente faz, a gente tem um saber que é junto, que é colaborativo, que é participativo, e não existe um comportamento em nenhum dos profissionais, seja do Serviço Social, seja da Pedagogia ou da Psicologia de querer usurpar do que é competência da outra profissão. Então, a gente faz uma complementação daquilo que a ciência e a linha de atuação de cada um desses profissionais para que o trabalho seja feito com melhor qualidade.

No que diz respeito a esse desafio problematizado pelo entrevistado, Oliveira et. al (2016, p. 2) afirma:

Percebe-se que toda profissão, principalmente a do pedagogo tem desafios consideráveis a serem superados, pois apesar de suas inúmeras funções, infelizmente ainda vemos muita desvalorização e rejeição por profissionais de outras áreas em aceitar o trabalho do pedagogo em outros espaços. Isso ocorre, pois, a atuação do pedagogo está somente associada, de imediato, à prática pedagógica desenvolvida na escola. Por isso que vemos a necessidade de mudar a concepção de que lugar de pedagogo é na escola. É preciso abrir espaço e analisar as múltiplas competências que o pedagogo traz consigo, compreendendo que essa profissão pode somar e contribuir nos mais variados contextos.

Como vimos, é muito importante que consigamos quebrar esses paradigmas de que o pedagogo é formado apenas para atuar no espaço escolar. Já foi explanado que esse profissional pode atuar em diversos espaços, inclusive têm essa prerrogativa garantida pela legislação.

Com relação à percepção dos outros servidores com relação ao pedagogo e a interdisciplinaridade, o entrevistado afirma:

P: Depois de todo esse histórico de dificuldades, de se colocar no serviço como importante, como uma profissão de valor dentro do serviço. Como você enxerga hoje a percepção dos servidores e do serviço com relação à Pedagogia?

E: No serviço nós tivemos uma renovação da equipe em 100%, de 2011 pra cá, o único servidor que se manteve na equipe fui eu, então a gente renovou toda a equipe. Um dos motivos dessa renovação era a necessidade dessa compreensão interdisciplinar. Então, aquelas pessoas que tiveram dificuldade em fazer uma internalização disso e compreender a importância de ter um respeito por outras profissões e trabalhar de maneira complementar uma a outra, essas pessoas ou

pediram pra sair, ou foram convidadas a se retirar, por conta de todos procedimentos teóricos-metodológicos que foram escolhidos, e isso foi uma coisa relacionada à minha gestão em si. Acredito que a minha gestão só iniciou, o momento que eu estive como gestor, só iniciou esse processo, porque eu estive como gestor por dois anos e depois de mim vieram outros 3 ou 4 gestores que deram continuidade a esse processo de integração dessas equipes, dessas ciências e profissões. Isso, de certa forma, contaminou positivamente toda a secretaria a ponto de áreas que não viam a possibilidade de abrir a matriz para pedagogia, a partir do contato que tiveram com os profissionais da Pedagogia do SERUQ, eles começaram a despertar sobre a importância dessa ciência e sobre o trabalho que havia sido feito por esses profissionais que atuaram no SERUQ, porque a gente tem uma secretaria que é muito técnica, a gente faz participações em congressos, a gente faz publicações em livros e todo conhecimento que é gerido aqui, ele é estimulado a ser socializado com os colegas, e aí nessa de socialização desses conhecimentos, da nossa atuação, isso fez com que outras áreas se sensibilizassem e abrissem a matriz para a oportunidade do pedagogo [...]

Ghesti-Galvão e Marinho (2012, p.169) afirmam que “a atuação interdisciplinar/multiprofissional não significa avocar atribuições inerentes a outro. Significa sim contribuir com os conhecimentos de sua ciência para a efetivação da ação desenvolvida conjuntamente ”

Partindo dessa afirmação, confirmamos a importância da interdisciplinaridade e a necessidade de ter clareza para a equipe do que isso significa e no que pode contribuir para o melhor funcionamento do serviço. Durante o tempo que participei da equipe do SERUQ, essa interdisciplinaridade sempre me chamou muita atenção, pois cada um realiza o atendimento de acordo com sua ciência, obedecendo um protocolo de triagem que define o que deve ser realizado pelo profissional, sem limitar sua prática.

E o reconhecimento da profissão como importante no SERUQ foi um passo importante para a evolução do trabalho e implementação da interdisciplinaridade e da parceria que deve haver entre as ciências a fim de oferecer um trabalho pleno à sociedade.

Com relação à falta de organizações que defendam os direitos dos pedagogos, o entrevistado afirma:

P: Na profissão do pedagogo, existe algum tipo de organização dos trabalhadores em defesa dos direitos? Um sindicato, grupo, algum tipo de associação formal?

E: Infelizmente, não. E esse é um grande problema. Quando eu passei por essas questões de desrespeito à minha ciência, à minha formação, à minha profissão, coincidiu com um período em que a própria UnB me convidou para participar de um evento onde seria debatido o currículo da Pedagogia, ali na UnB a gente tem um povo meio de vanguarda, em que o currículo vai sempre sendo alterado e eu digo de vanguarda, porque a gente altera o currículo pra depois a gente fazer alterações nas diretrizes curriculares, isso aconteceu comigo, quando a gente parou de ter especializações, aliás, as habilitações, a gente deixou de ter as habilitações e defendeu um currículo geral e eu fui a segunda turma formada nesse currículo geral, mas eu lembro que a primeira turma formou assim pouco tempo depois que as diretrizes curriculares foram aprovadas, foi logo em seguida e a gente meio que corre um risco. E eu tô há muito tempo longe da UnB, eu formei em 2006, mas a ideia da minha participação nesse evento era exatamente fazer esse questionamento, a gente como profissional da pedagogia por não ter, por exemplo, um conselho, a gente tá praticamente à deriva, porque, por exemplo, quando eu fui tomar posse no tribunal, eles queriam me exigir o comprovante de conselho de classe, de filiação a conselho de classe, de registro. E aí eu falei: “Não, minha profissão não tem”. E aí de todos os analistas do tribunal, a única ciência que não tinha conselho de classe é a pedagogia e aí uma pessoa que não tinha conhecimento relacionado a isso, ainda queria me prejudicar de alguma maneira de tomar posse, de desconhecimento, até porque foi o primeiro concurso de pedagogia do tribunal. Então, o que acontece é que a gente realmente às vezes fica descoberto né, a gente não tem suporte, não tem amparo, eu levei isso para esse evento pra ser debatido, mas me parece que dentro da própria categoria há uma resistência entre se aprovar ou não, entre se ter ou não um conselho de classe, nem profissão regulamentada, de fato, nós temos ainda. Me parece que tem pra psicopedagogia, uma área específica, com especialização, mas a gente não tem como pedagogo e se não tem profissão regulamentada, a gente não vai falar de conselho de classe, mas tá tendo um movimento no judiciário, uma organização dos pedagogos jurídicos pra buscar algum amparo nesse sentido. Então, esse movimento é incipiente, começou por agora, mas a ideia é que a gente consiga, justamente, por ser uma ciência relativamente nova no contexto da justiça, às vezes a gente passa por situações como eu passei e colegas de outros estados têm relatado no grupo que foi criado por nós que essas questões de desrespeito passava natural pelo contexto e em qualquer outro contexto, porque há um domínio da psicologia e do serviço social nesse tipo de atuação. E aí, por conta dessas situações que a gente vivenciou desses diversos profissionais da pedagogia jurídica, a gente se juntou, a gente tá tentando organizar eventos pra poder gerar uma identidade desse profissional no contexto da justiça e criar mecanismos pra se exigir que haja um tratamento igualitário entre as 3 profissões e que as pessoas compreendam o que efetivamente o pedagogo realiza e talvez se a gente tivesse um sindicato, uma associação, um conselho, quando a gente fosse submetido a esse tipo de arbitrariedade, de alguma maneira receberia algum tipo de suporte pra que isso fosse evitado.

Em relação ao quadro de servidores da Pedagogia no SERUQ, o entrevistado declara:

P: No geral. Há a necessidade de haver mais pedagogos para haver um equilíbrio das profissões?

E: Sim, o que acontecia. Nós tínhamos uma equipe anteriormente que era bem maior, a equipe era composta por volta de 12 servidores e aí quando eu cheguei nessa realidade dos servidores, eu era o único, então havia uma desproporção né. No decorrer dos anos, eu tô aqui por volta de 6, 7 anos, a gente teve uma diminuição considerável da equipe, hoje nós temos sete servidores. Dos sete servidores que nós temos, 2 são da pedagogia. Nós temos um servidor do Serviço Social e outros 4 da Psicologia. Hoje tá mais equilibrado, na verdade, a gente até vai buscar uma forma de ter pelo menos mais um assistente social para gerar um equilíbrio ainda maior. Mas houve uma mudança de realidade, de pensamento sobre a pedagogia na secretaria como um todo. Então, nós temos um serviço que trata de violência doméstica, um serviço que trata de casos de família, um serviço especializado na área de psiquiatria, só psiquiatras trabalham lá e nós temos o SERUQ. Até o ano de 2016, apenas o SERUQ recebia servidores da área da Pedagogia e aí com a chegada desses servidores da pedagogia a gente conseguiu fazer uma mudança de pensamento na secretaria como um todo em relação a esses servidores e abriu-se a matriz para percepção e recepção de outros servidores tanto na família quanto na violência. Então, hoje nós temos, dos 6 pedagogos do tribunal, 4 trabalhando na secretaria, 2 no SERUQ, um na família e um na violência. E aí, esse processo de mudança de pensamento em relação à pedagogia fez com que, por exemplo, nós trouxéssemos uma estagiária remunerada de pedagogia para o serviço, nós não tínhamos, mesmo eu estando no serviço há tanto tempo, isso aconteceu em 2015, eu cheguei em 2011, apenas em 2015 que a gente teve a primeira estagiária de Pedagogia, antes a gente só tinha do serviço social e da psicologia. E havia uma resistência, até por conta do histórico, de inclusão desse profissional da Pedagogia no serviço de receber um estagiário de pedagogia porque parte da equipe acreditava que os pedagogos não tinham formação para atuar nessa área, mesmo um pedagogo já atuando, sendo o gestor do serviço e ainda assim, havia gente que se posicionava acreditando que não havia na pedagogia matérias básicas para que essa pessoa se apropriasse desse conhecimento para poder atender o usuário no contexto da justiça. E aí, a minha contestação sempre foi: se você tiver vendo o estagiário de pedagogia como se fosse estagiário de psicologia, realmente não faz sentido, né, por ser uma equipe interdisciplinar, o estagiário da pedagogia, ele vem pra atuar como um profissional em formação na área de educação, na área da pedagogia e não na área da Psicologia, e ele não vai ter uma matéria de fármaco, não vai ter uma matéria específica sobre drogadição, mas ele é capacitado a lidar com gente, a lidar com pessoas, a ouvir e ter um processo dialético com um ser humano que tá passando por um processo opressão, de estar à margem da sociedade e eu tenho certeza que o estagiário de pedagogia vai sim ter a habilidade de conversar com esse sujeito durante essa entrevista, fazer com que ele pense sobre o comportamento de uso dele e favorecer uma mudança

de comportamento. E aí, a gente conseguiu trazer essa estudante mesmo tendo problemas, por exemplo com o CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), problema com a própria UnB (Universidade de Brasília) em relação à definição das atividades desse profissional, porque foi a primeira vez que o CIEE se posicionou, foi a primeira vez que um estudante da pedagogia foi atuar numa área de drogadição, em que eles tinham formulários padrão para fazer o contrato e as características, as competências que haviam sido descritas por nós no SERUQ de serem feitas pelo pedagogo, o CIEE interpretou como competências inerentes ao psicólogo, então a gente teve que buscar a legislação de drogas, a gente teve que buscar as diretrizes curriculares do curso de pedagogia, demonstrando que esses profissionais devem atuar em contextos escolares, mas também em contextos não-escolares, fazendo planejamento, execução e avaliação de qualquer atividade educacional, seja ela formal ou não-formal, seja em contexto escolar, seja em contexto não-escolar. E aqui, quando o pedagogo age executando a sua entrevista motivacional, ele atua como educador, ele favorece o processo de transformação, o processo de mudança, mas enfim, a gente conseguiu fechar o contrato, a gente conseguiu validar as competências que foram atribuídas a esse estudante, assim como na UnB a gente conseguiu demonstrar que era uma área de atuação da pedagogia, até porque nós já tínhamos dois profissionais atuando no serviço com uma visão muito clara de educação e de atuação como pedagogo, sem querer né, avocar pra si coisas que são da Psicologia ou do próprio Serviço Social.

Com relação à satisfação com o trabalho e a profissão, o entrevistado afirma:

P: E para finalizar, você se sente realizado profissionalmente? Pretende se aposentar nessa profissão?

E: Sim, eu te confesso que quando eu comecei o curso de pedagogia eu tinha uma intenção um pouco diferente. Eu comecei o curso por orientação da minha mãe, eu já era servidor público e eu queria ingressar numa universidade pública pra ter a graduação pra continuar a fazer concurso público, só que eu era servidor de nível médio e queria passar num concurso que exigisse a graduação. Por uma questão remuneratória, por condições de trabalho, e aí, quando foi da metade do curso pra lá, eu fui me apropriando mais daquilo, eu percebi que tinha algo que tava relacionado a uma questão vocacional. E aí quando eu terminei o curso, eu decidi estudar, eu já tava estudando pra concurso, mas quando eu terminei a pedagogia, em 2006. Eu via a possibilidade de fazer concurso na área da educação e naquela época saiam poucos concursos na parte de pedagogia, cheguei até a passar no concurso da secretaria de educação também, logo depois passei no concurso do tribunal e a minha intenção era até fazer uma acumulo de cargos e por outros motivos profissionais, outras oportunidades também na área de educação, eu acabei ficando só com o tribunal e com uma outra atividade na área privada. Eu não tenho intenção hoje, principalmente no contexto de trabalho que me proporcionam aqui na Secretaria. Quando eu entrei no tribunal, foi muito difícil. Eu não vim para essa área, eu trabalhei com treinamento e desenvolvimento em educação no setor específico no tribunal que

justificou a existência do meu cargo, inclusive, era um setor específico de educação e aí por conta desse setor que foi criado eles, quando lançaram o edital, nem lançou vaga, a gente era cadastro reserva, mas na primeira oportunidade chamaram dois pedagogos, um pra ir pro berçário, e outro, que fui eu, pra ir pro setor de capacitação, só que estava iniciando e também eu tinha uma concepção do que era o pedagogo nesse contexto e aí eu fui submetido a diversos processos que não tinham nada a ver com as minhas competências, tanto de edital, quanto da profissão e foi bastante difícil, porque houve bastante questionamento e justamente por a gente não ter uma associação, um sindicato ou um conselho, tive que levar a batalha sozinho, até que eu consegui sair de lá depois de dois anos, vim para a SEPSI e aí na SEPSI, inicialmente, foi aquela batalha, foi difícil, mas com o apoio dos gestores, demonstrando a importância do pedagogo a gente conseguiu completamente mudar a realidade, e hoje eu tenho um nível de satisfação com o trabalho, com a profissão que eu escolhi, que me faz, me permite não buscar outra alternativa. Porque realmente aqui a gente é visto de uma maneira muito positiva e a gente tem muito suporte para desenvolver. Então, acredito que aquilo que a gente precisava superar, às vezes até comprovar, infelizmente esse é o termo, isso já passou e hoje a gente tá tendo um espaço reservado, arrumado, de respeito e de compromisso.

Na SEPSI, o problema do não reconhecimento do pedagogo foi superado e esse foi um passo de grande importância para o bom andamento do serviço. Uma vez que proporcionou satisfação profissional ao pedagogo integrante da equipe que pode contribuir cada vez mais com a sua ciência no âmbito da justiça.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pedagogo é um profissional de formação ampla que, como vimos, pode atuar em diversos espaços. Conseguimos alcançar o objetivo de demonstrar como se dá a atuação do pedagogo no âmbito judiciário, demonstrando seus limites e suas potencialidades.

É possível afirmar que a identidade do pedagogo vai muito além da sala de aula, pois é um profissional composto pela tríade professor-pesquisador-gestor. O professor está apto a desenvolver atividades pedagógicas em âmbitos formais e não-formais; o pesquisador dedica-se a realizar pesquisas na área da Educação com vistas a fundamentar seu trabalho, lançar teses e produzir no seu campo de atuação; o gestor pode atuar em qualquer espaço em que haja trabalho pedagógico, como por exemplo: classes hospitalares, empresas, assessorias pedagógicas, igrejas, etc.

No SERUQ, a atuação do pedagogo é baseada na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire que respeita a autonomia do sujeito com foco na emancipação. Pois, segundo o autor “somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise falar a ele.” (FREIRE, 1996, p.71).

O SERUQ é um excelente espaço de formação para o pedagogo, ambiente em que tive a felicidade de atuar com ótimos profissionais e perceber a importância do pedagogo ali. Espaço onde a interdisciplinaridade funciona muito bem e abre um espaço de conversa entre as ciências, onde cada profissional trabalha e se reconhece como um agente de transformação.

A busca pela emancipação desses sujeitos é diária e deve ser contínua, concluo meu trabalho com a certeza de que contribuí para a transformação de vida de muitas pessoas por mim atendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDAO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 de abr. 2017.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Nova lei sobre drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 15 de abr. 2017

CAMPOS, Bruno Barbosa; MACEDO, Paulo Roberto Ferreira. O foco na reinserção/reintegração Social do Usuário de Drogas: Gerando multiplicadores. In. BRITO, Valéria. (Org.) Conexões: Teoria e prática do Trabalho em Redes na Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDF. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

FIGLIE, Neliana Buzi. Entrevista Motivacional. No prelo.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática docente. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na Pedagogia Social. In: 1 Congr. Intern. Pedagogia Social. São Paulo. Mar. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100034&script=sci_arttext. Acesso em: 13 de abr. 2017.

GOHN, Maria Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf> Acesso em: 13 de abr. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, para quê? São Paulo: Cortez, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MARINHO, Glauber Soares Costa; Cabral, Paula Costa. O pedagogo e a atenção multiprofissional a usuários de drogas no contexto da Justiça. No prelo.

_____; GHESTI-GALVÃO. Educação, Subjetividade e Drogas: Uma abordagem pedagógica do Programa Psicossocial do SERUQ/SEPSI/TJDFT. In: BRITO, Valéria. (Org.) Conexões: Teoria e prática do Trabalho em Redes na Secretaria Psicossocial Judiciária do TJDFT. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SALES, Cristiane; FIGLIE, Neliana Buzi. Entrevista Motivacional. In: Alessandra Diehl; Daniel Cordeiro; Ronaldo Laranjeira. (Org.). Dependência Química – Prevenção, Tratamento e Políticas Públicas. 1 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011, v.1, p. 267-277.

SOUZA, Marcos Francisco. Interdisciplinaridade, Serviço Social e penas alternativas: entre a tutela institucional e a emancipação dos sujeitos em conflito com a lei. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n. 1, p. 43-63, jul/dez. 2009.

TARDIFF, Maurice e GAUTHIER, Clemont. A Pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (p. 121 a 148).

OLIVEIRA, Merabe Maele et al. A atuação e o perfil do Pedagogo no espaço não Escolar: Formação de Professores. In. III CONEDU. 2016, Natal. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD4_SA4_ID1160_30032016105841.pdf>. Acesso em: 02 de jun. 2017.

ANEXOS

Anexo 1 – Roteiro para entrevista

- 1) Que tipo de trabalho você desenvolve?
- 2) Você executa atividades individuais ou em grupo? Ou dos dois tipos? Existe um estímulo da organização/instituição para um dos tipos? Mudou alguma coisa em relação ao trabalho individual ou em grupo nos últimos anos?
- 3) Você considera que o quadro de servidores/funcionários (pessoas e funções) é adequado para o cumprimento das tarefas da organização/instituição?
- 4) Como é percebida a sua profissão dentro e fora da organização/instituição?
- 5) Na sua profissão, existe algum tipo de organização dos/as trabalhadores/as para defesa dos seus direitos? Sindicato, associação, grupos formais ou informais? Você é filiado/a ou associado/a? Por quê?
- 6) Você pretende se aposentar nessa profissão? Se sente realizado profissionalmente? (salário, condições de trabalho, ambiente, etc).

